



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TutPrv no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 136863 - SP (2020/0283360-1)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
REQUERENTE : NELSON BATISTA BRITO (PRESO)
ADVOGADOS : FERNANDO FARIA JUNIOR - SP258717
PEDRO MAGALHÃES SANTOS - SP444637
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de pedido de apreciação da medida cautelar provisória incidental no recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por NELSON BATISTA BRITO contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2105207-56.2020.8.26.0000).

O requerente encontra-se preso preventivamente em razão da prática dos crimes tipificados nos arts. 288, parágrafo único, c/c o art. 157, § 3º, inciso II, c/c o artigo 29, *caput*, na forma do art. 69, do Código Penal.

Nas presentes razões, noticia "a superveniência de novos fatos colhidos na instrução criminal que interessam ao julgamento do presente RHC" (fl. 104), qual seja, que na audiência realizada em 17/11/2020, a testemunha de defesa apontou para a inexistência de indício de autoria por parte do recorrente.

Requer seja declarada a inépcia da exordial e revogada a prisão preventiva, expedindo-se o competente alvará de soltura, com a aplicação das medidas diversas da prisão, nos moldes do art. 319 do Código de Processo Civil.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O pedido não merece prosperar.

Não foi relatada a ocorrência de nenhum fato novo que pudesse justificar a medida cautelar pleiteada, uma vez que o presente recurso ordinário está seguindo o trâmite processual normal.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito de urgência em regime de plantão.

Conceder, portanto, o pedido nos termos expostos pela defesa ultrapassaria a mera análise liminar do caso e reclamaria exame meritório acerca da autoria dos crimes e das possíveis medidas cautelares diversas da prisão.

Assim, considerando que o pedido confunde-se com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao relator competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de concessão da medida cautelar

provisória.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência